ATA Nº 2/2022

SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

----------Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, no Salão Nobre do Edifício dos Paços de Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Arouca, sob a presidência do seu Presidente, senhor Pedro Miguel de Oliveira Rodrigues Vieira, com a presença do primeiro secretário, senhor Geraldo Tavares Campas e da segunda secretária, senhora Maria Cristina de Oliveira Saavedra e restantes membros, senhores, Afonso Portugal Ferreira da Silva, Regina Maria de Sousa Ferreira Fontes, Sérgio Manuel Brandão de Azevedo, António Brandão Ferreira Tavares Teixeira, Maria de Fátima Rodrigues da Fonseca, André Azevedo Vilar, Diogo Ribeiro Santos, Vanessa Filipa Duarte Soares, Óscar de Pinho Brandão, Alda Portugal, Conceição Portugal, Pedro Miguel Ferreira da Silva Bastos, Artur Miguel Quaresma Pereira Miler, José Maria de Oliveira Ribeiro e os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Chave, Mansores, Rossas, Santa Eulália, S. Miguel do Mato, Tropeço, Várzea, Alvarenga, Escariz, Fermedo e de Moldes, União de Freguesias de Arouca e Burgo, Cabreiros e Albergaria da Serra, Canelas e Espiunca. ----------

---------- Estiveram também presentes a senhora Presidente da Câmara Margarida Maria Sousa Correia Belém, a senhora Vice-Presidente Cláudia Oliveira e os senhores Vereadores Albino Jorge Cardoso Gonçalves, António Carlos Duarte, Vítor Carvalho e Helena Rodrigues. ----------

---------- Faltaram os seguintes membros da Assembleia Municipal: Amílcar de Pinho Fernandes, Pedro Miguel Gomes de Sousa, Francisco José da Costa Ferreira, Fátima Cristina Conceição Oliveira Pinho, Luís Carlos Pinto Brandão de Almeida e o Presidente da União de Freguesias de Covêlo de Paivó e Janarde. Faltou ainda a vereadora Célia Alves. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, às catorze horas e quarenta e cinco minutos. ----------

---------- Começou por saudar a senhora Presidente da Câmara e as senhoras e senhores Vereadores, bem como todos os membros da Assembleia Municipal e todos o público presente e tendo prestado alguns esclarecimentos relativos à transmissão, on-line e em direto, da Assembleia Municipal. Em seguida informou da presença de uma cidadã Ucraniana, a senhora Maryna Trepova, acolhida por uma família de Arouca que veio falar sobre a situação que se vive na Ucrânia, e a forma como foi acolhida em Arouca, tendo a tradução ficado a cargo da senhora Ana Hortense, pertencente à família que acolheu a referida cidadã Ucraniana. ----------

28.04.2022

---------- Depois de agradecer as palavras da senhora Maryna Trepova, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra o senhor Óscar Brandão, que também deu os parabéns à sociedade civil que acolheu estas famílias mostrando-se solidário com todas as famílias Ucranianas. ----------

---------- Pediu a palavra o senhor Sérgio Azevedo, para agradecer o testemunho dado pela cidadã Ucraniana e também a todas os Arouquenses que acolheram esta e outras famílias. ----------

---------- Em seguida tomou a palavra a senhora Presidente da Câmara, que se congratulou com a vinda da Maryna Trepova a esta assembleia, e parabenizou a toda a comunidade civil e não civil pelo acolhimento dado às 38 famílias, espalhadas por cinco freguesias. ----------

---------- A pedido da senhora Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia propôs aos membros da assembleia a alteração da ordem de trabalhos, passando o ponto 3.5- PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL DE AROUCA – aprovação, a ser o primeiro ponto a ser debatido, passando a ser o ponto 3.1, seguindo-se depois a ordem correspondente, não tendo havido objeções a esta alteração.----------

---------- De seguida, foi elencada a ordem de trabalhos:----------

---------- 1 – Período de intervenção dos senhores munícipes; ----------

---------- 2 – Período de antes da ordem do dia;----------

---------- 2.1 Atas – aprovação; ----------

---------- 2.2 Correspondência;----------

---------- 2.3 Diversos; ----------

---------- 3 – Período da ordem do dia; ----------

---------- 3.1 – Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Arouca - Aprovação; ----------

---------- 3.2 – Informação da senhora Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e sobre a situação financeira do município;----------

---------- 3.3 – Documento de Prestação de Contas de 2021; ----------

---------- 3.4 – Delegação de competências nos agrupamentos de escolas; ----------

---------- 3.5 – Meo-Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. – reconhecimento de interesse;--

---------- 3.6 – Geossítio – “pedras parideiras” – classificação como área protegida na tipologia de monumento natural local; ----------

---------- 3.7 – Conselho Municipal da Saúde – eleição de Presidente de Junta;----------

---------- 3.8 – Conselho Municipal de Educação – eleição de Presidente de Junta; ----------

---------- 3.9 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Arouca – renovação/substituição de membro; --- ----------

28.04.2022

----------1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES;----------

----------No período de intervenção dos senhores munícipes intervieram os senhores: Ricardo Solha, Avelino Silva, Paulo Teixeira e Fernando Correia.----------

---------- O senhor Ricardo Solha iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Em seguida informa que em seu nome, em nome da sua mãe e irmã vai apresentar uma injustiça pelo facto de a Aldeia Fonte Tinta em Alvarenga não constar no PDM. Gostavam de perceber como é que havendo uma moradora permanente, aquele lugar está omisso no PDM, mesmo estando a pagar IMI atualizado. Estão a ser seriamente prejudicados, pois em termos de valorização a Aldeia Fonte de Tinta pode estar desvalorizada. Questiona a senhora Presidente se, existindo agora a possibilidade de repor a verdade, na revisão do PDM, se isso é possível e para quando? Colocou ainda outro assunto que se prende com as acessibilidades, pois os acessos são em terra batida, questionando o será possível fazer? Por fim, e sobre o projeto Arouca Agrícola, recorda que as laranjas são um produto da Aldeia, sendo completamente biológicas, faltando agora iniciar com a transição e questiona se é possível avançar com essa transição no que respeita a financiamentos. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que respondeu às questões apresentadas de uma forma objetiva. Informa que vai tentar compreender melhor o que se passa quando diz que está omisso no PDM a Aldeia de Fonte Tinta, pois todas as observações feitas no âmbito do PDM foram analisadas pela equipa, mas é possível, no período da consulta pública, que faça uma exposição sobre este problema. Em relação ao acesso em terra batida, este já foi melhorado, mas a equipa social está a fazer os possíveis para colmatar o isolamento. No que refere ao projeto Arouca Agrícola, a equipa está a elaborar uma minuta para consulta.----------

---------- De seguida o senhor Presidente da Assembleia, deu a palavra ao senhor Avelino Silva que depois de cumprimentar todos, referiu que não sendo um arouquense de gema, pois passou muito tempo fora do concelho, vive neste momento na Rua de São Pedro, no Bairro Saudável, mas considera que a sua habitação não é uma habitação digna. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que reconhece que os acessos devem ser melhorados e estão a ser e também que a equipa de ação social está a acompanhar todo este processo.----------

---------- O senhor Paulo Teixeira, iniciou por cumprimentar todos, dando os parabéns pela eleição, quer ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, quer a todo o Executivo e ainda pelo facto da Assembleia Municipal estar a ser difundida em direto, pois esta foi uma das suas pretensões como munícipe. Ainda sobre este assunto, deixa o repto da possibilidade de se puder fazer intervenções on-

line. Refere ainda a importância de voltar a haver uma cerimónia no âmbito da comemoração do 25 de abril, por parte da Assembleia Municipal, pois não se pode desvalorizar este acontecimento, nem deixar de o transmitir às gerações futuras. Em seguida, enaltece a sociedade civil de Arouca, por toda a atividade que tem tido no acolhimento aos Ucranianos e questiona a autarquia sobre o que tem feito a nível de inserção social destas famílias, em particular as crianças. Relativamente ao PDM, constata que é do conhecimento de todos que não é permitido construir, em todo o território, mais de dois andares em altura, o que faz com que haja pouca oferta e que a construção fique mais cara, questiona então se, nesta revisão do PDM, há algum tipo de estudo que nos faça perceber se queremos continuar com esta construção ou se a mesma pode ser alterada de forma a possibilitar a construção em altura. Termina com o tema da raça arouquesa, questionando sobre o que é possível fazer no que respeita à desertificação de alguns lugares do concelho, pois projetos como a raça arouquesa e do Arouca Agrícola, podem ajudar nessa desertificação.----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia respondeu ao senhor Paulo Teixeira referindo que já tinha sido pensada a possibilidade do público participar nas assembleias municipais, a partir de casa, é uma ideia a amadurecer e com a possibilidade de ser concretizada no futuro. Em relação às comemorações do 25 de abril, o senhor presidente da Assembleia, concorda, com o senhor Paulo Teixeira, pois reforça que deve haver uma sessão solene na assembleia municipal, a assinalar o dia da liberdade e fica a garantia que no futuro seja feito, pois esta situação de pandemia já terá sido ultrapassada. ----------

---------- Em seguida deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que respondeu às questões apresentadas registando que, embora não sendo uma cerimónia formal, Arouca celebrou o 25 de abril, com um concerto da Banda Musical de Figueiredo em colaboração com a associação 4540 Jovem, as cantadeiras de Tebilhão e Cabreiros que estiveram presentes num programa de televisão a falar sobre as suas memórias do 25 de abril e a cantar abril, e ainda com o projeto de laboratórios de cidadania com os jovens sobre literacia política e democracia. Em relação aos Ucranianos, a preocupação principal da Câmara Municipal foi de organização, preparar para dar continuidade ao apoio. Este trabalho foi feito em colaboração com os presidentes de junta, com o alto comissariado, com a segurança social, com o ACES Feira-Arouca, com os serviços de fronteiras e com os Bombeiros Voluntários de Arouca, e com a preocupação de estarmos preparados para acolher e integrar. Foram acolhidos com uma colaboração muito estreita com o município, nomeadamente no que diz respeito à saúde pública, educação e instituto de emprego e segurança social. Estes cidadãos estão distribuídos por várias freguesias, já conhecem as equipas que os podem apoiar nas diferentes situações e por conseguinte, tudo está a correr bem, estão a

ser integrados no território arouquense com a colaboração incansável da comunidade civil. Em relação ao PDM, este reclassifica o que são as categorias habitacionais e dos solos, está em curso embora um pouco atrasado a segunda reunião plenária. Refere ainda que a equipa está a receber recomendações e a incorpora-las para que aquando do período de consulta pública este decorra com muita participação. No que respeita à construção em altura, há no âmbito do regulamento, essa possibilidade com determinadas condicionantes. Quanto ao desenvolvimento rural, a fixação das pessoas no território, nas aldeias é cada vez mais difícil, mas que é um trabalho que se tem vindo a desenvolver, foram realizadas visitas acompanhadas pela Associação dos Agricultores, da Cooperativa Agrícola de Arouca, para estar mais próximo dos produtores de leite e de gado e perceber as suas dificuldades, tendo o município de imediato, resultante dessa auscultação desencadeado os mecanismos possíveis, nomeadamente aumentando o apoio e antecipando o mesmo.----------

---------- O senhor Fernando Correia, interveio sobre quatro temas: as comemorações do 25 de abril, tendo referido que a sociedade atual não atribui valor e imponência àquilo que os nossos antepassados lutaram e conquistaram, e deixou uma mensagem de apelo ao poder político municipal no sentido de que "espera que esta libertinagem não se apodere dos seus membros e possa causar uma obsessão pelo poder que condicione a implementação de ações a nível local". Em seguida e novamente reivindicou a implementação da rede de fibra ótica em muitas zonas do concelho sem cobertura e na freguesia na qual é residente, Moldes. Em terceiro lugar questiona sobre a habitação, nomeadamente, porque é que os residentes das freguesias de Arouca, Alvarenga e Escariz pagam apenas 6% de imposto sobre a habitação enquanto os habitantes das restantes freguesias do concelho pagam 23%? Refere ainda que, segundo o INE, os Arouquenses são os cidadãos da Área Metropolitana do Porto – AMP com menor poder de compra: - muitos arouquenses têm de realizar numerosos movimentos pendulares para fora do concelho sobretudo para estudar ou trabalhar; - o aumento dos preços de combustíveis necessários diariamente para esses movimentos; - a atual inflação dos materiais de construção; - o aumento do preço da habitação; - a falta de espaço para construir, são desvantagens que impedem a fixação de jovens no município. De acordo com o exposto questionou sobre qual a estratégia do município para a fixação de jovens e para combater este empobrecimento contínuo da população que já é a que tem menor poder de compra da AMP e potencialmente continuará a ser pelos custos da inflação. Por fim, abordou questões relacionadas com a prevenção dos incêndios rurais, referindo que aquando da discussão pública do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios fez uma intervenção e muitas das razões por si enumeradas estiveram na justificação da não aprovação do mesmo plano na assembleia municipal de dezembro de 2021, questionou, então qual o estado de elaboração do novo

plano/programa municipal de defesa da floresta contra incêndios? Sobre o assunto ainda referiu que cerca de 80% do município, segunda a cartografia legal elaborada pela ICNF, estão classificadas com perigosidade elevada ou muito elevada de incêndio rural. Concluiu dizendo que as suas intervenções são apenas apreciações construtivas para contribuir para o desenvolvimento equitativo do município e que apesar de ter oportunidade de residir fora de Arouca por motivos profissionais e académicos prefere permanecer pelo seu amor a Arouca. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que respondeu às questões apresentadas. Em primeiro lugar e relativamente ao IMI, informou que há regras específicas, que não são definidas pelo município, mas é uma matéria que pode ser analisada e tomada em consideração. De seguida, e em relação à fibra, a senhora Presidente refere que houve uma consulta pública dinamizada pela ANCOM, na qual o município identificou todas as áreas brancas, zonas onde não existe cobertura de fibra ótica. Conclui que tudo foi feito, por parte do município, para resolver este problema, e os dados foram publicados e continua dizendo, que o envolvimento da população também muito importante para que esta situação fique resolvida. Em relação ao plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, a senhora Presidente diz que este não foi aprovado, pelo que não há plano, mas teremos, logo que seja possível, um programa municipal de execução do sistema integrado de gestão dos fogos rurais, um programa que obedece às orientações do plano submunicipal e que o município tudo está a fazer para a elaboração de um novo plano, para que este possa ser aprovado o mais rapidamente possível, que definirá as prioridades e definirá o programa operacional, onde serão identificadas as faixas secundárias e também as áreas estratégicas de mosaicos. E continua dizendo que estamos, entretanto, a promover a manutenção, a limpeza, o alargamento, a restruturação de alguma rede viária florestal e a fazer a gestão do serviço de gestão florestal com os sapadores. ----------

---------- 2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA----------

---------- 2.1 – ATAS – APROVAÇÃO:----------

---------- No ponto dois – período de antes da ordem do dia – no que diz respeito ao ponto 2.1, a ata n.º 7/2021 foi colocada à discussão. Não havendo intervenções, a mesma foi posta à votação por braço no ar e aprovada por maioria com 2 abstenções por ausência na respetiva assembleia. Em seguida foi colocada à discussão a ata n.º 1/2022, não havendo intervenções a mesma foi posta à votação, por braço no ar, e aprovada por maioria com 3 abstenções por ausência na reunião.----------

---------- **2.2 – CORRESPONDÊNCIA**:----------

---------- Considerando que a correspondência foi enviada para todos, via email, a assembleia prescindiu da leitura da correspondência que dela já teve conhecimento.----------

---------- **2.3 – DIVERSOS:**----------

----------Neste ponto, começou por intervir o senhor **Artur Miler,** que iniciou por cumprimentar todos os presentes e todos os que nos veem on-line, tendo manifestado o seu apreço por toda a comunidade Ucraniana que se encontra em Arouca e deu os parabéns à comunidade civil Arouquense pela forma como os acolheram. Em seguida interveio sobre os apoios às associações ou IPSS e os ajustes diretos às associações, dizendo que os protocolos e os ajustes diretos que vêm sendo realizados por parte do executivo municipal com associações têm sido vários e, de certa forma, começam a causar mais arbitrariedade do que clareza no âmbito dos seus propósitos e na sua relação com o restante movimento associativo. E acrescenta: foi ainda recentemente destacado aqui nesta Assembleia, no decorrer deste mandato, o protocolo e regulamento de apoio em vigor no que concerne aos apoios às Associações do concelho e a forma como ele tem sido contornado recorrentemente através dos ajustes diretos que vêm sendo realizados. O que deveria ser exceção, parece passar a ser regra. Mais, esse regulamento que aqui aludi tem mais de 20 anos e carece de ser reavaliado condignamente pois, mais do que os méritos e os propósitos de quem procura concorrer a esses apoios e aqueles que os obtêm, o que se exige é transparência e equidade por parte do nosso município na forma como os atribui. Os valores disponibilizados hoje por parte do município são manifestamente inferiores em proporção com aqueles que eram disponibilizados aquando da necessidade da implementação do referido regulamento. Parece-nos profundamente injusto que as IPSS's estejam a concorrer a apoios juntamente com alguns movimentos associativos por exemplo. Por fim acrescenta: acreditamos que esse protocolo deve ser revisto, deve atender a descriminações positivas como aquela que citei e outras tendo em conta, no contexto dessa revisão, as particularidades do nosso território. Reforça a necessidade de maior transparência, equidade e de mais e melhores apoios. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que esclareceu os assuntos em causa, nomeadamente que o protocolo tem vários anos e que poderá ser revisto, mas quanto à transparência, todo este processo é o mais transparente possível, há uma comissão, na qual está incluído um membro da oposição, que analisa as candidaturas, não sendo a presidente que decide. A Câmara Municipal procura promover o associativismo e dentro do possível, dinamizar algumas atividades através de ajustes diretos, embora sejam poucas as situações, mas são situações claríssimas. ----------

---------- Em seguida o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Santa Eulália, senhor **Hélio Soares**, que iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos e em seguida colocou duas questões, uma primeira relacionada com o ofício que enviou, no dia 24 de janeiro,

sobre o processo de execução do arranjo urbanístico da estrada nacional 226, desde Santo António até ao Bonjardim, no qual questionava sobre quem iria liderar o projeto, a equipa técnica e a data prevista de arranque da obra, e que, até à data de hoje, ainda não obteve resposta. Um segundo ofício, datado do dia 29 de janeiro, no qual elenca uma série de obras que gostaria de ver realizadas na freguesia e cuja resposta, do dia 4 de fevereiro, foi muito vaga face ao que tinha sido exposto.----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que recordou que, a Presidente de Câmara reúne sempre, aquando da preparação do orçamento com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, para perceber quais são as suas prioridades em termos de execução e que em conjunto são definidas prioridades e opções. As juntas de Freguesia têm um orçamento próprio, têm autonomia, e que pode sempre, no caso da Junta de Santa Eulália, articular com o Vereador Albino Cardoso, aquilo que efetivamente é necessário. As questões colocadas, algumas não são no âmbito do município, mas terá que ser o município a fazer o projeto, o IP a aprovar e o município a executar, como já foi feito noutras situações no conselho. Mas ressalva que não é possível haver um compromisso com datas, mas sim com trabalho de proximidade.----------

---------- Pediu novamente a palavra o senhor Artur Miler para esclarecer uma questão, tendo a senhora Presidente respondido. ----------

---------- Foi dada, em seguida, a palavra à senhora **Alda Portugal**, que cumprimentou todos, tendo em seguida felicitado a União Desportiva de Mansores pela subida de divisão no que respeita ao Futebol da Associação de Aveiro. Em seguida questionou a senhora Presidente da Câmara sobre o facto de os vereadores da Vítor Carvalho, Célia Alves e Helena Rodrigues do executivo da Camarário não ter estado presente na reunião com a Comissão Executiva da Área Metropolitana do Porto, reunião que se realizou em Arouca.----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que clarificou este assunto, tendo referido que o vereador António Duarte também não esteve presente, pois sendo uma reunião de trabalho, foi a primeira reunião com o executivo que serviu para se conhecerem.-

---------- A senhora Alda Portugal, voltou a pedir a palavra para esclarecer a questão levantada, pois se é uma reunião com o executivo, todos os membros do executivo têm que ser convocados e o executivo, sendo um órgão colegial, é composto por todos os vereadores. Em seguida solicitou à mesa, em conformidade com a legislação que convoque o secretariado executivo metropolitano, para responder perante os seus membros, pelas atividades desenvolvidas no âmbito da área metropolitana ou comunidade intermunicipal. Não é compreensível o porquê de o executivo não ter estado todo presente na reunião ou ter sido convocado. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra para comunicar que perante o solicitado, a Mesa irá diligenciar no sentido de dar cumprimento ao solicitado. ----------

---------- Nada mais havendo a acrescentar por parte da senhora Presidente da Câmara, foi dada a palavra ao senhor **José Maria Ribeiro** que cumprimentou todos, tendo em seguida, exposto o seu ponto de vista sobre a propaganda da Câmara Municipal, dizendo que, na última sessão da Assembleia, expressou, aqui, a sua enorme preocupação com o modo como a senhora Presidente da Câmara usa, e abusa, dos meios de comunicação do município para se autopromover, promover os seus pares e a forma discriminatória como o faz em relação aos restantes vereadores e órgãos autárquicos. Questionou, na altura, quantos funcionários estavam alocados ao departamento da comunicação e obteve como resposta que estava apenas um, embora pareça que são quatro. Mas, dando o benefício da dúvida, à data de hoje, dois já estão afetos, pois, no passado dia vinte e um de abril, por ajuste direto, foi contratado um funcionário para efetuar serviços de produção e edição de vídeos relacionados com as áreas de atuação do Município e disponibilizar nas diversas plataformas de comunicação, por um prazo de 365 dias, pelo valor de 12.500,00€. Passados dois meses, a sua preocupação começa a tornar-se cada vez maior, pois, agora, além da propaganda, a senhora Presidente tenta, despudoradamente, atropelar as instituições democráticas e a sã convivência política e democrática. No mesmo dia, ficamos a saber, através de uma publicação no Facebook pessoal da senhora Presidente, que tinha sido dado – e passo a citar – "o pontapé de saída na experiência piloto da assembleia municipal jovem com uma sessão de literacia política no agrupamento de escolas de Arouca." Ou seja, temos uma experiência de assembleia municipal jovem e uma sessão de literacia política, sem nenhum membro da Assembleia Municipal, sem nenhum membro de outra cor partidária e sem direito ao contraditório. E, mais preocupante, segundo alguns pais foram ditas frases do género: "o capitalismo não é bom para a sociedade" ou "os partidos de direita não são benéficos para a democracia." ----------

---------- Questionou, por fim, se o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, foi convidado, formalmente, para a Assembleia Jovem e para o evento de comemoração do 25 de abril, tendo este referido que para a Assembleia Municipal Jovem não recebeu convite, mas recebeu e-mail para o evento das comemorações do 25 de abril. ----------

---------- Em seguida a senhora Presidente da Câmara tomou a palavra e esclareceu alguns aspetos questionados. Começou por dizer que gostaria que os membros da Assembleia Municipal (AM) não usassem a Assembleia Municipal para passar informação que não corresponde à realidade porque não estiveram presentes, dizendo ainda que foram utilizadas palavras que nem foram referidas no âmbito de uma sessão, não no âmbito da Assembleia Municipal Jovem, esclarecendo que esta foi precedida de

sessões realizadas nos Agrupamentos de Escolas. Considera que é um papel importante ouvir os jovens e o que eles pensam dos políticos locais, não desvalorizando e não desformando palavras ditas na dita sessão, que não foi apresentada pela senhora Presidente da Câmara, tendo a mesma apenas respondido a questões que lhe foram colocadas diretamente. Continua dizendo que comparando com os outros municípios, o Município de Arouca tem tido um cuidado extremo, tendo mesmo feito uma prestação de serviços há pouco tempo com quem está a fazer o registo fotográfico da AM, porque o Município não tem um técnico de imagem, e existe apenas uma pessoa afeta, tendo, por isso, de contratar serviços externos. Diz ainda que são muitas as áreas onde não é possível, com os recursos do município, dar cobertura, mas são áreas importantes.----------

---------- Voltou a pedir a palavra o senhor José Maria Ribeiro para esclarecer alguns pontos.---------

---------- Considera que a senhora Presidente não deve ter entendido bem o que foi dito, em primeiro lugar, não esteve presente, nem foi convidado ninguém de outros partidos para essa mesma reunião. Em relação à questão dos outros municípios fazerem de determinada maneira, diz José Maria Ribeiro que é pena que a senhora Presidente não verifique o que os outros municípios fazem em questões de habitação, investimento e solidariedade social.----------

---------- Tendo a senhora Presidente voltado a esclarecer, dizendo que é preciso concretizar, falar de coisas concretas – a AM Jovem é feita para jovens e, portanto, a primeira vai ser feita e ainda bem que este passo está a ser dado, para aproximar os jovens da política e da democracia. ----------

---------- Foi dada a palavra ao senhor **Pedro Bastos**, que na sua intervenção volta a referir a degradação em que se encontram as instalações sanitárias publicas, em especial dos equipamentos destes espaços destinados à mobilidade condicionada e continuou expondo três dificuldades que nos foram transmitidas por algumas empresas de animação turística: - dificuldades na utilização das instalações sanitárias da Espiunca para os duches quentes no fim da atividade de rafting; - falta de WC`s de apoio aos turistas que visitam a ponte 516 Arouca pelo pórtico de Alvarenga; - falta de instalações sanitárias com balneários e duche no lugar de Rio de Frades para apoio à modalidade de Canyoning e visitas à Mina.----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que agradeceu as observações clarificou e diz que relativamente à questão dos WC's foi feito o levantamento das necessidades, havendo lugar a um procedimento, que não cabe a uma requisição simples e, portanto, está um procedimento em curso para garantir que é executada a intervenção e qualificação que é necessária e devida. Quanto às várias referências, neste momento, fruto de não ter sido possível a implementação e a execução dos projetos em curso relativamente aos Meeting Points

nas entradas dos Passadiços e da 516, as equipas estão a estudar, e está um procedimento em curso, relativamente às estruturas amovíveis que permitam criar melhores condições, em primeiro lugar, para quem lá trabalha, e também para os visitantes. Deixa ainda registado que há situações que não tem sido possível, fruto da não aprovação de soluções alternativas, que poderão ainda vir a piorar, fruto da Carta que falamos há pouco, e que estão a ser estudadas alternativas. Há a cooperação com os Presidentes de Junta que tem disponíveis os balneários e casas de banho, tanto na Espiunca como em Alvarenga. A solução dada não é exequível, a questão dos sanitários químicos serve apenas para situações temporárias. ----------

---------- O senhor Pedro Bastos voltou a pedir a palavra dizendo que as questões dos WC's químicos, naturalmente, são temporárias, mas coloca a questão de quantas pessoas entram, diariamente, para a Ponte 516 pelo lado de Alvarenga, porque há, neste momento, organismos que permitem mais de 2000 utilizações sem descargas, e essas descargas, se acumularem durante uma semana, a descarga pode ser feita no final da mesma. Relativamente aos trabalhadores, a Câmara tem feito um esforço para melhorar as suas condições de trabalho, estando eles servidos de casa de banho para estes, nas duas entradas, como é de esperar. Questiona novamente, dizendo que a senhora Presidente da Câmara nada disse sobre o projeto de Rio de Frades em específico, para apoio do Canyoning. ----------

---------- A senhora Presidente presta o esclarecimento dizendo que, efetivamente, não referiu a questão de Rio de Frades, dizendo que o projeto está a ser preparado, apesar de estar a ser desenvolvido um projeto integrado para Rio de Frades, há essa necessidade, mas como está apenas a ser pensada a solução, a senhora Presidente considera que não se deve precipitar e trazer a questão para cima da mesa. A solução terá, claro, de conseguir dar as condições necessárias às empresas de animação turística. O território tem uma capacidade de carga, e essa capacidade tem de ser respeitada e isso tem sido feito, sendo que as infraestruturas que tem de ser colocadas tem de ter em conta isto e que tem de ser adequadas às necessidades e, portanto, tem de ser pensadas, e é o que está a ser feito. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor **André Vilar** que depois de cumprimentar todos, enalteceu a realização de duas atividades, a saber, a peça de teatro "Desassossego" e o seminário "A saúde mental e a importância da comunidade", pois são temas atuais e muito pertinentes. Sobre este assunto questionou sobre qual a estratégia do Município de Arouca na área da saúde mental e se estão previstas mais atividades similares à do teatro (excelente forma de passar mensagens) destinadas à população mais jovem, nomeadamente ao público escolar. Refere ainda 45º aniversário dos Bombeiros Voluntários de Arouca, ao serviço de Arouca e dos Arouquenses, à qual a bancada do Partido Socialista se curva perante a entrega e a grandeza dos mais de 90 bombeiros

voluntários e de todos aqueles que se estão a formar para servir a comunidade na nossa corporação. Parabenizou também a União Desportiva de Mansores que subiu à divisão de Elite da Associação de Futebol de Aveiro, mostrando a garra que carateriza os arouquenses e, neste especial, os mansorenses.--

---------- A senhora Presidente da Câmara tomou a palavra para referenciar o tema relativo à saúde mental e a importância da sociedade para o diagnóstico deste tópico. Recordou que se hoje está bem vincada a saúde local como uma das prioridades estratégicas do Norte de Portugal foi porque ela foi muito vincada no âmbito do município. E, portanto, tem vindo a ser trabalhado esta importância da saúde mental, dando nota da importância que a sociedade tem na identificação destas situações que podem trazer ou agravar problemas fruto dos estereótipos que estão instalados na sociedade. Articulando este tema também com o ACES-Feira-Arouca no reforço dos psicólogos e psiquiatras para dar apoio às situações, que tem sido muitas, estando hoje a sentir os efeitos nocivos destes dois anos de pandemia na saúde dos arouquenses. Está a ser preparado um projeto de apoio às famílias e aos jovens para reforçar o apoio já dado na saúde. Com estas duas ações pretende-se retratar o que está para além do que é visível, sendo extremamente importante esta ligação com a saúde e bem-estar, com as infraestruturas que estão a ser desenvolvidas no espaço público e com o desporto.----------

---------- Em seguida o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor **Óscar Brandão** que se pronunciou sobre vários temas, a saber, o estado democrático que vivemos, possibilidades de alteração do PDM – considerando que vai ficando a ideia de que os autarcas arouquenses e a própria população ainda podem fazer muita coisa ao nível do PDM, mas grande parte dos Organismos e Entidades já deram o seu parecer, como já foi dito por si na última AM, questionando se é possível ir além destes pareceres, se é possível voltar a pedir pareceres, se é possível por em causa algum trabalho que já foi feito. Questiona ainda se vão ser promovidas Assembleias Municipais Jovens pela Câmara Municipal e pela mesa da Assembleia Municipal, não parecendo compaginável com o estado de vivência democrática. Pronunciando-se também sobre as associações – diz que não faz sentido haver inscrição de verbas para Associações e Coletividades no Município em sede de Orçamento, outras que tem de se candidatar num âmbito de um Regulamento muito rigoroso, e ainda outras que podem ter ajustes diretos. Dizendo que não pode haver esta desconformidade e desajustes entre associações. Referindo ainda que há Associações que tem logo no Orçamento 50.000€ atribuídos, o que considera não fazer sentido, sendo preciso reajustar ou fazer um novo Regulamento. Há IPPS's de vária natureza, por exemplo, o Patronato, ao nível deste Regulamento não se pode candidatar, porque não tem Assembleia Geral para aprovação das contas, havendo, por isso, tem de haver um esforço para se suprir estas necessidades. Refere ainda que a CMA é viciada em Marketing, dizendo que algumas coisas são

bem conseguidas, mas há aqui um vício, o que leva a exclusões. Referiu ainda o tema relativo aos transportes público, dizendo que a Câmara de Lisboa (CML) aprovou medida que permitirá avançar com os transportes públicos gratuitos em Lisboa para jovens e maiores de 65 anos e acrescenta que o presidente da CML aponta que "a tendência terá que ser transportes gratuitos para todos, mas isso não é possível num primeiro passo". Trata-se de uma medida que não é justa sobretudo quando pensarmos que há territórios no país, como o de Arouca, com centenas de pessoas sem acesso à rede transporte públicos, mesmo disponibilizando-se para pagar. Pessoa que ficam privadas de algo que hoje é fundamental. Continua dizendo que esta situação dos transportes da mobilidade leva-me a outra questão: a trapalhada que se passa com a concessão dos transportes na Área Metropolitana do Porto, num concurso lançada no último mandato. E continua dizendo que não é assim possível construir uma sociedade justa e um país equilibrado e coeso, com medidas desta natureza, com sucessivos governos ultra centralistas que tudo absorvem para a região de Lisboa. Tem sido assim com os recursos do país, mas também com os fundos comunitários e agora com o Plano de Resiliência. Sobrarão migalhas para os nossos municípios e nem migalhas para as juntas de freguesia. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que procurando responder ao senhor Óscar Brandão e relativamente ao PDM, diz que o membro da AM faz parte do Conselho Consultivo, e que o Conselho fez várias reuniões de concertação de posições, sendo que neste momento falta a aprovação da REN, acrescenta ainda que está a ser exigido um estudo hidrográfico com uma dimensão que não estava previsto e que está a ser curso agora. Este PDM é a atualização e imposições legais e, portanto, não há muito espaço de manobra, mas todas as observações que têm sido feitas têm sido ouvidas e a equipa tem tentado integrá-las nesta revisão. Diz ainda que há uma consulta pública e essa é a altura para as pessoas, publicamente, poderem trazer a sua pretensão devidamente fundamentada. É um documento dinâmico que pode ter atualizações, mas são 24 entidades que dão o seu parecer. A pretensão da AM Jovem é do município, já tendo sido criado um Regulamento há algum tempo, articulado com os agrupamentos de escolas. Esta espelha aquilo que é uma AM, poderia ser de outra forma, mas este foi o modelo que se considerou que seria ajustado, estando aberta a outros modelos, até porque os Regulamentos podem ser alterados. Acrescenta também que não teve ainda a oportunidade de falar com o Senhor Presidente da AM, mas que este será convidado, claro, para estar ao lado da senhora Presidente de Câmara nessa AM Jovens, juntamente com a equipa. Quanto ao Associativismo, a senhora Presidente da Câmara diz que é importante ser claro, tendo o município contratado e há várias situações de protocolos com IPSS's e Associações, que no âmbito da Inovação Social se propuseram a dinamizar atividades, e o Município é o parceiro social.

Acrescentando que os ajustes diretos são serviços necessários no âmbito das várias ações e que são contratados os serviços às Associações Locais. O Patronato é uma instituição que tem beneficiado de apoios, certamente, acrescentando que não tem conhecimento desta formalidade, mas diz que esta será desbloqueada de alguma forma.----------

---------- Quanto aos transportes, esta é uma matéria que já falamos aqui, há um concurso público a decorrer e o Município ira comparticipar nas obrigações de serviço público inerentes a este concurso, aguardando com expectativa a conclusão deste, para depois garantirmos aquilo que é uma pretensão da comunidade. Não temos de tratar a mobilidade e os transportes como se fazia há 20 anos, mas temos de ter transportes à medida, que dê resposta às necessidades da comunidade.----------

---------- A seguir o senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra para esclarecer o assunto relacionado com a Assembleia Municipal de Jovens. Diz que tendo sido esta uma matéria que, desde o início do mandato, tem sido uma intenção sua, porque acha que é na AM que esta deve ser implementada e não noutro sítio qualquer, não pode deixar cair o tema e, portanto, irá promover, a seu tempo, uma proposta no sentido de ser constituída uma AM Jovem na AM. Acrescenta ainda que mais tarde se irá perceber qual AM Jovem permanecerá. ----------

---------- De seguida foi dada a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mansores, senhor **Jorge Oliveira** que depois de cumprimentar todos, parabenizou a União Desportiva de Mansores pelo facto de ter subido de divisão no que respeita ao futebol, congratulou-se também pelo concerto de relativo às comemorações do 25 de abril, por fim felicitou a Câmara Municipal por retomar o Orçamento Participativo, com um orçamento reforçado e também pelo facto de a Gala de Futebol de Aveiro, este ano, se realizar em Arouca.----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor **Afonso Portugal** que referiu alguns temas: em primeiro lugar, sobre a presença do senhor Presidente da Mesa da Assembleia, no concerto de comemoração do 25 de abril – não conseguiu estar presente, mas teria tido muito gosto de estar presente, se conseguisse. Em segundo lugar sobre os subsídios atribuídos – refere que existe um Regulamento, ficando hoje a saber, e lamenta, que a oposição não se faz representar por nenhum elemento, mesmo que tenha sido convidada. Considera ainda que é nestas situações, em que é dada a oportunidade de participar, que devem estar presentes e manifestar a sua opinião, isto porque são matérias sensíveis e pode haver lapsos. Em terceiro lugar sobre os ajustes diretos – diz que há uma lei que determina o que é que pode e deve ser feito por ajuste direto, se esta existe, e desde que a Câmara a cumpra, não há qualquer inconveniente que assim proceda. Considera ainda que estão envolvidas matérias económicas sem grande relevância. Em quarto lugar sobre a realização da Assembleia

Municipal de Jovens – refere que é com alguma surpresa que ouve que não houve direito ao contraditório, isto porque, se foi uma atividade escolar não se compreende que as pessoas fiquem melindradas. Considerando também que não há problema nenhum que se façam várias atividades que envolve os jovens. Devendo haver sempre a conjugação de ideias entre as escolas, a Câmara e a Assembleia, mas que se façam várias AM Jovens. Em quinto lugar sobre o preço da construção – constata que esta é uma notícia de 1 de abril, mas se não for mentira, muito mal andariam os arouquenses, dizendo que basta viver em Arouca para saber que o metro de construção é de 1000€, e não nunca de 3000€, e ainda relativos a habitações usadas. Em sexto sobre o investimento nos transportes públicos – considera que a situação dos transportes é uma situação já muito diferente do que era há uns anos, mas como membro da AMP, caberá à AMP definir as regras, esperando que seja o mais breve possível. E por fim sobre o PDM – diz que toda a gente se preocupa que Arouca constrói pouco, estando em deficiência relativamente a outros municípios, porque não se pode construir em altura, mas não se pode esquecer que a imagem de marca de Arouca é a vila e, por isso, não se deve construir em altura, até porque, Arouca tem várias freguesias onde se pode construir. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao senhor **Sérgio Azevedo** que depois de cumprimentar todos, referiu o tema sobre a Assembleia Municipal de Jovens e também sobre a imagem da Câmara Municipal. Em relação à AM Jovem, diz que foi um projeto aprovado no anterior Conselho Municipal de Juventude, no qual o mesmo fazia parte, não parecendo que haja uma tentativa de roubar a ideia de campanha eleitoral da coligação, sendo este um projeto que já estava aprovado antes da campanha eleitoral. E continua dizendo que esta história da imagem e o Município ter quatro jornalistas ao serviço, o que não é verdade, acrescentando que, em erro, se está a colocar a vice-presidente da Câmara, vereadora eleita como jornalista, mas não é correto.----------

---------- Em seguida foi dada a palavra ao senhor **Óscar Brandão** que abordou o tema relativo aos ajustes diretos, sublinhando que tem muito respeito por quem pensa diferente, nesse sentido, diz que, relativamente ao ajuste direto, o mesmo não fez nenhuma apreciação jurídica, mas apenas uma apreciação política, dizendo que quanto à apreciação jurídica acredita que esteja tudo conforme, confiando na senhora Presidente da Câmara e nos técnicos. No que concerne aos vereadores, estes confiam também nos trabalhos dos técnicos, sendo, por isso, uma opinião respeitável não participar nesta Comissão, é legitimo que isso aconteça. E há um tempo para os vereadores da oposição decidirem, porque todos os apoios passam pela reunião do executivo, não abdicando estes da sua responsabilidade. Mas acrescenta ainda que, com pena, nos ajustes diretos os vereadores da oposição não podem intervir.----------

---------- Foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara que nada teve a declarar. ----------

---------- Voltou a pedir a palavra o senhor **Afonso Portugal** que retomou o tema, já discutido, relativo aos ajustes diretos, dizendo que se está a exercer política, portanto, quando a Câmara decide o ajuste direto está a ter um ato político para o qual tem legitimidade. Acrescenta que as pessoas podem criticar, mas não podem estar sempre a comentar que a senhora Presidente anda sempre a fazer ajustes diretos, até porque politicamente esta estará mandatada para tal, podendo concordar ou não, mas é necessário respeitar. Quanto à presença dos vereadores na Comissão, considera o membro da AM que era bom que estes estivessem presentes, até porque quando os assuntos vão à reunião de Câmara, como existe uma Comissão para falar sobre estes assuntos, os mesmos já chegam decididos, tendo a Câmara apenas de ratificar o que a Comissão produziu. ----------

---------- **3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** ----------

---------- 3.1 – PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL DE AROUCA – APROVAÇÃO:----------

---------- No ponto 3.1 o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que solicitou à equipa, na pessoa do senhor Ricardo Almendra, para fazer um pequeno resumo, com apresentação, deste ponto da ordem de trabalhos. ----------

---------- A senhora **Alda Portugal** pediu a palavra para fazer duas questões: quais as situações que diferenciam a atuação de um plano distrital e um plano municipal, e ainda se a ação de um está dependente da ação do outro? E pede ainda se pode dar um exemplo que pudesse dar um esclarecimento para melhor retenção desta matéria. O senhor Ricardo Almendra esclarece dizendo: sempre que é necessário empenhar meios que ultrapassam as fronteiras do município, deveria ser ativado o plano distrital, caso os meios disponíveis não sejam suficientes para ocorrer na situação, caso sejam, não é preciso ativar nem o plano distrital nem o plano municipal. Muitas das vezes, por uma questão de facilidade, se não tenho os meios necessários no município, será mais fácil ativar o plano distrital, recorrendo a meios distritais – existindo uma coordenação distrital. Tudo isto tem, por isso, a ver com o limiar de necessidade. O exemplo que dá, em concreto, é o da situação em que todos os municípios estão necessitados desses meios que tem disponíveis, não havendo disponibilidade para haver esse recurso, assim o plano municipal de emergência elenca os meios, sejam eles diretamente direcionados com os serviços de emergência de socorro ou não. Esta requisição só é solicitada se o plano estiver ativado. A ativação do plano é, muitas vezes, para responder à flexibilização da própria contratação – está a precisar de uma máquina pesada para uma limpeza face a um perigo de fogo florestal, não

havendo tempo para uma contratação pública, se o plano estiver ativo, há o acesso a outros recursos que estão definidos no plano e o procedimento é outro – a máquina vem e o pagamento será feito depois.----------Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação este ponto da ordem de trabalhos, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovada por unanimidade.----------**3.2 – INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:**----------Relativamente ao período da ordem do dia, no ponto 3.2, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara tendo esta referido que, como o documento, que se dá qui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo, foi enviado atempadamente a todos, encontra-se disponível para responder às questões dos presentes.----------Interveio a senhora **Alda Portugal** que iniciou a sua intervenção parabenizando a Câmara Municipal pelos 30 anos da parecia com a Rotary Club de Arouca, relembrando o professor Zeferino Brandão que foi Presidente da Câmara de Arouca e o 1.º Presidente do Rotary Clube de Arouca, e parabeniza também todos os que se dedicaram, nesta organização, à Comunidade Arouquense e em seguida questionou sobre alguns aspetos do documento referente à atividade municipal: sobre o parque de campismo questiona se não vai haver ampliação como já afirmou, qual é a razão para se batizar a empreitada como empreitada reabilitação e expansão do parque de campismo. Da empreitada adjudicada, é dito que as obras se executarão em 9 meses, as questões que se colocam sobre este assunto são: qual a data para início das obras, o parque de campismo vai manter-se em funcionamento ou não no decorrer das obras, e se sim, com que serviços. Considerando que as obras não cobrem todas as necessidades existentes (o próprio edifício tem várias fragilidades: telhado, humidade, janelas), pede que a senhora Presidente esclareça se com esta intervenção o executivo garante a qualidade para quem visita e usufrui das instalações. E continua dizendo uma vez que o projeto para as áreas de acolhimento para o autocaravanismo já está em execução no âmbito do financiamento Linha de Apoio à Valorização do Interior – Turismo Portugal, no valor de 130 mil euros, quer ser esclarecida em que consiste o equipamento de apoio a estes neste projeto que foi agora adjudicado? Considerando que as caraterísticas das instalações sanitárias são um dos requisitos de validação para a atribuição de melhor classificação, nos termos da Portaria 1320/2008, questiona se as obras previstas nos balneários vão ter isto em consideração – isto porque na última AM, a senhora Presidente da Câmara respondeu que o projeto é de requalificação do parque e só depois deste terminado é que se tratará da classificação – questionando assim se não deveria ser o contrário, pensar primeiro na classificação que se quer para o parque de campismo, e só depois planear o nível de intervenção a efetuar? No que respeita à Loja do

Cidadão, na última AM, a senhora Presidente referiu que vai ser apresentado um projeto em estudo prévio de uma Loja do Cidadão que visa, no âmbito do plano de Recuperação e Resiliência, um financiamento de 100%, sendo que o Município irá apresentar a sua candidatura tendo já duas das entidades envolvidas. Na informação disponibilizada, página 10, é referido que vai concentrar vários serviços públicos, bem como serviços privados de interesse público, havendo já uma maior participação, colocando a questão de que serviços é que vão estar disponibilizados nesta Loja. Questionar ainda, se é vista como necessária a construção de um edifício para esse fim, não obstante estar financiada a 100%, e ainda se este assunto foi objeto de análise em sede de objeto de Câmara. Quanto às operações integradas em comunidades desfavorecidas na AMP, questiona, como é que vai funcionar, na prática, este plano de ação, de que forma é que a rede social existente vai ser envolvida, e qual o papel do CLAS, e, ainda, qual o nível de participação e contribuição que os autarcas das Juntas de Freguesia terão. ----------

---------- Em relação à adesão à Rede Nacional de Turismo Industrial, elogia que Arouca tenha passado a fazer parte desta rede, e continua dizendo que pelo que é sabido serão integradas, para já, 6 empresas e ainda as Minas de Volfrâmio de Rio de Frades, Regoufe e o Radar Meteorológico de Arouca. Quanto às Minas de Volfrâmio, Alda Portugal diz que este é um território riquíssimo, mas em total abandono pela inercia da ação política do executivo camarário, não obstante as diversas intervenções do PSD nesta matéria, apelando à importância da preservação deste património. Relembra o Projeto de Valorização e Dinamização das Minas de Rio de Frades que continua no Orçamento para 2022 para ser executado até ao final deste ano – questiona o que vai ser executado a este nível. Quanto ao Programa Habitacional, pergunta se já existe acordo assinado entre a Câmara e o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, e se sim, qual o montante global de investimento. No que respeita aos processos judiciais em curso, realça a ação que foi interposta contra a Câmara pelos Transportes Caima, questionando qual o fundamento que leva a empresa a interpor esta ação judicial. E por fim, relativamente ao Loteamento de Vila Pavão, é dito que a empreitada está com os trabalhos parados, pedindo o esclarecimento dos erros e omissões que estão aqui em causa. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que prestou os esclarecimentos às questões colocadas: Relativamente ao Parque de Campismo, e de acordo com o que está previsto no Orçamento, é uma reabilitação do equipamento, sendo uma intervenção com cerca de 300 mil euros que vai permitir requalificar aquilo que é urgente e necessário neste equipamento estruturante. Diz ainda que consegue assegurar que o Parque de Campismo e o Restaurante vão permanecer abertos, de forma a criar o menor impacto negativo e que necessita,

principalmente em época alta de utilizar este parque, assegurando-se, assim, as condições mínimas. Quanto à Loja do Cidadão, o Município não quis perder a oportunidade de agir, no âmbito do PRR, dando resposta às necessidades da comunidade, criando melhores condições para dois serviços. Estas Lojas têm regras muito especificas, por isso, havia a necessidade de um novo edifício. Acrescenta ainda que este não foi a reunião de Câmara.----------

---------- Em relação às operações integradas em comunidades desfavorecidas, as equipas juntaram-se para criar um plano intermunicipal, onde estão um conjunto de iniciativas que irão ser levadas a cabo na área social, no território, na associação de municípios e também integrado na AMP. Assim, explica a senhora Presidente que existem vários projetos, não só na área do município, mas também envolvendo outras Associações e Instituições.----------

---------- No que diz respeito à Rede Nacional de Turismo Industrial, a senhora Presidente da Câmara diz que estamos a dar resposta às novas necessidades e tendências. Acrescenta ainda que não há inércia nenhuma, estando o município a trabalhar a um nível acelerado, diz ainda que a preservação do património, paisagem e recursos está na essência daquilo que é a valorização dos nossos recursos, desenvolvimento rural e Arouca Geopark. Não é possível chegar a todo o lado e, por isso, o executivo tem vindo a definir prioridades, mas não perdendo nenhuma oportunidade para garantir que na altura adequada seja possível avançar. A Estratégia Local de Habitação já foi aqui falada, e tal como referiu na altura, a senhora Presidente, foi aprovado pelo IHRU, que prevê um conjunto de iniciativas privadas e públicas. As duas aprovações e candidaturas tem uma equipa do município por trás, que tem ajudado a identificar as necessidades e a desenvolver os projetos. Quanto aos transportes, a senhora Presidente esclarece que a transportadora considerava que na altura do Covid o município deveria pagar aquilo que eles não executaram. Acrescentando que o município recorreu a pareceres jurídicos, sempre defendendo o interesse da comunidade. Quanto aos erros e omissões da obra de Vila Pavão, a senhora Presidente esclarece também que o Município fez o que tinha de fazer, sendo que o empreiteiro está a ser obrigado a fazer aquilo que não reparou durante o período de candidatura, não os tendo identificado, e agora vem reclamar que as obras têm um custo acrescido. Acrescenta que este é um procedimento que corre nos serviços jurídicos e que já foi apresentado em reunião de Câmara. ----------

---------- Em seguida o senhor **Artur Miler** questionou, também, sobre alguns aspetos relativos à atividade municipal. Em relação aos apoios aos deslocados de guerra ucranianos e ponto da situação, refere que a bancada do partido da qual faz parte, congratula-se pelo espírito humanista, solidário e de altruísmo com que a comunidade civil, desencadeou esforços no sentido de proceder a ações que permitiram o acolhimento de famílias e que, inclusivamente, teve uma repercussão mediática condigna

que nos deve orgulhar. Em relação aos projetos, empreitadas e administração direta, refere que o documento enumera um conjunto de projetos que se registaram avanços, mas questiona a senhora Presidente, no que se refere ao Pavilhão Municipal, qual o estudo prévio que lhe está subjacente? Que informação pode disponibilizar a esta Assembleia? E ainda, tem em vista a construção de um novo Pavilhão Municipal? E continua constatando, a sinistralidade rodoviária no nosso município tem sido, infelizmente, destaque na imprensa regional e nacional. Não podendo ficar indiferentes, devemos, assim, esperar da sua parte uma atitude proactiva no âmbito de uma prevenção ainda mais reforçada, por exemplo: para quando a requalificação da entrada que vai de Zendo à Ribeira? Outro exemplo é a zona do cruzamento no lugar das Alagoas, precisamente onde ocorreu recentemente um acidente aparatoso, para quando a colocação de bandas na estrada para dissuadir os condutores daquele que é o principal problema para a saúde dos automobilistas: a velocidade. E mesmo "aqui ao lado", em frente ao Hotel São Pedro, no cruzamento em frente, porque não idêntica medida de prevenção rodoviária? Por fim, no que diz respeito à relação da aquisição de imóveis, e relativamente às aquisições referidas, quer no que se refere à ampliação do horto municipal quer no que se refere à construção do Percurso Pedonal e Ciclável do Vale de Arouca, pergunta qual o ponto de situação? E se os projetos associados a estes investimentos já estão realizados? Podem ser disponibilizados para os autarcas e os próprios munícipes terem conhecimento? ----------

---------- E, no âmbito daquela que é informação municipal que pode ser disponibilizada, pergunta, no que se refere à Feira de Cabeçais, qual o ponto da situação? Quando pode, definitivamente, resolver aquele que é um problema há muito destacado por esta bancada em funções de múltiplas razões e que carece de uma resolução e cujo problema se vai arrastando? Por fim, questiona a senhora Presidente, relativamente ao Projeto Aldeia Segura, o que ficou para Arouca? ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que respondeu às questões apresentadas começando por dizer que o Pavilhão Municipal é um dos projetos que está a ser trabalhado no âmbito da expansão e requalificação do complexo desportivo de Arouca, é uma das áreas de estudo, mas é uma pretensão. Acrescenta ainda que o sintético poderá ser transformado no tal pavilhão municipal, no âmbito desta expansão. Relativamente às requalificações, a senhora Presidente da Câmara, diz que o município está o tempo todo a requalificar a rede viária, mas é importante perceber que é um território grande. Quanto à zona do cruzamento no lugar das Alagoas diz que esta vai ser requalificada. No Horto Municipal, foi feita a aquisição de uma pequena faixa do terreno junto ao Horto para ampliar este, podendo assim embelezar as ruas da Vila. Quanto à questão da Feira de Cabeçais, a senhora Presidente da Câmara diz, novamente, que a mesma não é gerida pela

Câmara, já tendo disponibilizado os serviços do município para que seja feita uma reorganização nesta Feira. Estando, por isso, em negociações com o proprietário de um terreno em Cabeçais que poderá dar resposta a esta utilidade. No que diz respeito ao projeto da Aldeia Seguro, foi dada formação a estas, a sinalética ainda continua em vigor, e já foi reforçada a formação. Está a haver um reforço a este Projeto, com dois novos projetos, sendo um deles o Projeto dos Condomínios da Aldeia, garantindo uma diversidade de espécies autóctones, proteção de pessoas e bens, criação de faixas de segurança com frutícolas, com a gestão da paisagem, faixas, gado, mas são projetos que demoram algum tempo a implementar. Em relação à prevenção rodoviária, a senhora Presidente dá nota de que mais uma vez está a ser trabalhada uma ação de prevenção rodoviária com a Associação NumoFreita. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor **André Vilar** que prestou duas considerações: quanto ao Projeto Lendas Mil, considera que este tem abrilhantado o município, com boas peças de teatro. Estas performances devem ser replicadas noutros locais descentralizados de forma a perpetuar na comunidade estas histórias, lendas e tradições. Ficando a aguardar que assim seja feito. Na área da juventude, diz que é com satisfação que a bancada do PS vê o lançamento do Projeto do Orçamento Participativo, bem como a 1.ª Reunião do Conselho Municipal da Juventude do novo mandato, o Projeto Piloto da Assembleia Municipal Jovem e dos Laboratórios de Cidadania Jovem, permitindo estes projetos que os jovens sejam voz ativa juntos dos decisores políticos. Reforça ainda que todas estas iniciativas foram aprovadas no Conselho Municipal da Juventude, quer no anterior mandato, quer neste novo. Tendo a senhora Presidente da Câmara reforçado. ----------

---------- De seguida foi dada a palavra ao senhor **Pedro Bastos** que parabenizou a autarquia pelo acordo tripartido assinado e pergunta se será possível realizar um acordo desse tipo entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia, com a finalidade da Capela da Misericórdia estar aberta aos fins de semana. Questionou ainda a senhora Presidente da Câmara sobre alguns projetos explanados na atividade municipal. Questiona, inicialmente, sobre o que se trata o Projeto de 11 de março de 2019 referente à empreitada de requalificação dos Viveiros da Granja, a executar em 270 dias e que foi revogado passado 3 anos em reunião de Câmara, alegando-se que esta revogação vem por não cumprimento da empresa do contrato estipulado. Questionado, assim, porque é que a autarquia pagou os trabalhos e ainda uma indemnização no valor de 7.839,38€ se não houve cumprimento do contrato. Acrescentando ainda que o projeto tinha o apoio do Turismo de Portugal, questionando, por isso, se se perdeu esse apoio. Agradece ainda à AM a formação que esta tem disponibilizado aos seus membros. Questionou ainda sobre o abate de árvores na zona industrial: tendo referido o seguinte: "chegou-nos o relato e preocupação por parte de alguns madeireiros do estranho abate de árvores por um madeireiro na

zona industrial, propriedade da autarquia, sem a respetiva consulta ou concurso público". Ao analisarmos os documentos que nos foram enviados referentes à atividade Municipal, não conseguimos encontrar nenhuma referência à venda do referido lote de madeira. Pelo que conseguimos auscultar, a ser verdade, o lote de madeira foi vendido legitimamente pela empresa que está a proceder às obras de ampliação da zona industrial provavelmente porque no mapa de trabalhos/caderno de encargos é referido a desmatação e abate de árvores sem mencionar a reserva das árvores. Por fim questiona a senhora Presidente é possível dar de mão beijada a madeira num valor superior a 10 mil euros ao construtor ou, antes de contratualizar a obra, procurava entre vários madeireiros a melhor oferta pela venda da madeira?----------

---------- Questiona ainda sobre a colocação de parquímetros na avenida entre a farmácia e a Padaria da Vila e que não se recorda de ter sido aprovada qualquer alteração das regras por regulamento ou postura de trânsito referente a este assunto. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que agradeceu a observação quanto à Capela da Santa Casa da Misericórdia, dizendo que vai ficar o registo. Quanto aos Viveiros da Granja, esclarece que o que está previsto na candidatura é uma requalificação das casas que existem no local. Numa primeira fase existiu uma empresa com quem foi negociado um acordo de rescisão escrito. Em relação à questão dos madeireiros, a senhora Presidente da Câmara diz que não está a ver qual é a área a que o membro da AM se refere e, por isso, diz que irá averiguar a situação e, pronunciar-se-á quando tiver mais informações. Em relação à questão dos parquímetros, a senhora Presidente da Câmara diz que está previsto no Regulamento de duração limitada, e que está a ser cumprido tudo o que são os procedimentos legais. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor **Sérgio Azevedo** que interveio sobre a problemática da Vespa Asiática, pois tem acompanhado com alguma preocupação o crescimento e proliferação da Vespa Asiática por todo o conselho. E continua dizendo, acompanhamos e louvamos a intenção do município de distribuir armadilhas pelos apicultores do concelho, juntando-se assim a estes na luta que também têm feito contra este problema e que muito os tem prejudicado. Sabemos que esta é a altura que as vespas fundadoras saem das colónias para criarem novos ninhos e que por isso será a altura ideal para desenvolvermos mais armadilhas no território. Questiona sobre o que tem sido feito para este combate, que em grande medida é um combate invisível e sem retorno? Quantas armadilhas foram colocadas? Quantos ninhos foram intervencionados/eliminados no último ano? Haverá possibilidade de envolver mais a população de forma a serem criadas outras medidas? Solicitou, ainda que a senhora Presidente, numa próxima oportunidade, apresentasse alguns projetos

nomeadamente as “Condomínio de aldeias” e o “Bopy”. Referiu ainda sobre o que se pode melhorar no que diz respeito a toda a envolvência da Ponte 516 e nos Passadiços do Paiva, nomeadamente os transferes e às empresas de animação turística. Sendo o número de visitantes das infra-estruturas coletivas de Arouca animadores, e estando conscientes de algumas necessidades de melhoria que seria relevante levar a cabo para que a experiência de quem nos visita ainda seja mais gratificante, questiona se será possível saber se há desenvolvimentos previstos em termos de infraestruturas de apoio à visitação da ponte e de quem trabalha na mesma? E ainda sobre os serviços de transferes assegurados pelos táxis e empresas de animação. Continua dizendo, dada a atratividade quer dos Passadiços, quer da Ponte, e sabendo que são cada vez mais as empresas a operar, algumas das quais, do que temos conhecimento, com algumas abordagens menos ajustadas aos visitantes, a Câmara tem prevista alguma intervenção neste âmbito? ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que prestou os esclarecimentos solicitados: quanto à questão do combate à vespa asiática, a senhora Presidente da Câmara diz que existe um contrato com a Associação Nativa que no período de 2020 a 2022 fez um bom trabalho. Existindo um crescimento, durante estes anos, de 75%, sendo este um problema nacional que tem afetado muito a economia local, o município tem procurado soluções alternativas, com reuniões com os apicultores. O município adquiriu mais de 400 armadilhas e maior parte delas foram entregues aos apicultores e outras foram distribuídas e colocadas em locais estratégicos. O Município sentiu a necessidade de dar formação e afetar um técnico a apoiar estas situações e procurar dar uma resposta mais rápida. Acrescenta ainda que este problema tem repercussões não apenas para os apicultores, mas também para a biodiversidade, para os ecossistemas do território. Considera que a sensibilização e a formação da comunidade é fundamental. Quanto aos dois projetos, a senhora Presidente da Câmara sugere que na próxima AM se faça uma apresentação destes projetos, sendo uma forma de sensibilização dos membros da AM para estes. Em relação ao território, a senhora Presidente da Câmara considera que há sempre melhorias que podem ser feitas, portanto, há vários equipamentos de apoio que não foram possíveis de concretizar, mas esclarece que irão ser criadas condições e abrigos para aqueles que são os controladores e guias. E ainda os equipamentos de apoio ao visitante que são necessários. Quanto aos transferes e empresas de animação turística, a senhora Presidente da Câmara esclarece que não são competência do município, mas diz que têm existido alguns problemas que são de difícil resolução, não havendo a participação e a colaboração de quem esta a operar no terreno. Acrescenta que existe um Regulamento em curso (em pareceria com o Turismo de Portugal), que ainda não houve a oportunidade de implementar, é necessário também

definir áreas de parqueamento e de pick and go para estas empresas poderem parar e recolher os visitantes. -- ----------

---------- Voltou a pedir a palavra o senhor Artur Miler para esclarecer um pequeno aspeto: considera que é deselegante, depois de um testemunho emotivo de uma situação difícil como está a passar a Ucrânia, o senhor venha fazer política com esse tipo de questões, não dignificando, de todo, esta AM. Congratula ainda a senhora Presidente da Câmara por estar a ouvir o Conselho Municipal da Juventude, que foi uma luta de muitos anos do PSD e da JSD. ----------

---------- **3.1 – DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2021:** ----------

---------- No ponto 3.3 o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve apresentação deste ponto da ordem de trabalhos. ----------

---------- Pediu a palavra o senhor **Óscar Brandão** que apresentou a análise, da bancada do partido social democrata, relativa ao documento de prestação de contas, dizendo que um documento desta natureza tem necessariamente múltiplas perspetivas de análise, podendo e devendo ter referências importantes que podem e devem ter em consideração o grau de desenvolvimento do município. Podem ser estatísticas do INE, ou outras, ou podemos muito simplesmente (nisto não é preciso ser arrojado) ir aos documentos mandados elaborar a entidades exteriores pela Câmara, tais como o Plano estratégico do Concelho, o Relatório sobre o PDM, o Relatório da Estratégia Local de Habitação ou mesmo o Relatório do Estado do Ordenamento do Território. Mas não devemos nem podemos ficar por aí: os últimos Orçamentos, Grandes Opções do Plano e os documentos de prestação de contas. Obviamente que os confrontos com os principais documentos são sempre necessários. Nós fizemo-lo. E continua, no entanto, queremos ir ao essencial, a uma questão fulcral: este documento reflete ações políticas que dão respostas aos problemas constantes nos documentos? É nosso entendimento que não, e os documentos refletem isso mesmo, este relatório é o reflexo claro de uma notável falta de ambição! E reforça, senhora Presidente, da mesma forma que não gostamos de um país desigual também não gostamos de um concelho desigual. E não se pode surpreender porque, quer na Câmara quer neste órgão lhe temos de falado disso mesmo. Sabemos que os recursos são escassos e este é um orçamento dos mais baixos dos últimos anos. E não é só numa comparação relativa. E é ainda mais baixo quando analisamos os investimentos. Depois, senhora Presidente, não verificamos uma atitude seletiva da utilização dos parcos recursos. As opções não resultam de critérios objetivos de crescimento e desenvolvimento, com argumentos competitivos nos domínios da atração e da fixação de pessoas e de novos investimentos. Falamos também das incontáveis obras estruturantes que tardam em chegar, por clara incapacidade política. Alertávamos também "que as GOP/Orçamento estavam muito dependentes dos fundos

comunitários", e isso podia ser um problema, e que "as prioridades não deverão ser em função das candidaturas e apoios comunitários, mas sim das reais necessidades e prioridades do nosso concelho". Na altura falávamos do facto dos documentos continuavam "a apresentar rúbricas com verbas simbólicas, especialmente em relação a algumas intervenções a desenvolver em Juntas de Freguesia que poderia pressupor uma reduzida vontade de as executar". Estes documentos refletem as opções desta maioria, aliás um conceito muito querido à senhora Presidente e até pessoalizado no "são as minhas opções", fugindo de um princípio bom e válido do que deve ser em democracia um órgão colegial. ------ ---------- Sabendo que com a senhora Presidente não há diálogo, razões mais que óbvias para não estarmos nada comprometidos com essas opções e, consequentemente, com estes documentos, não fosse a sua qualidade técnica e era mais que justo reprová-lo. E continua referindo, o PSD volta a dizer que é muito negativo, mesmo muito negativo, que as despesas correntes ultrapassem as despesas de capital. É reprovável que a Câmara gaste mais com pessoal, aquisição de bens e serviços correntes e outros encargos, prestações, no fundo com o seu funcionamento, e a não exista uma proporcionalidade saudável no que concerne à relação comparativa com o fraco nível em termos de despesas de investimento em infraestruturas reprodutivas. É preocupante que apesar dos sucessivos lamentos a senhora Presidente da Câmara continue a assumir que as transferências da Administração Central a título de Fundo de Equilíbrio Financeiro, continue a ser a principal fonte de financiamento do orçamento municipal. Desta feita até lhe chama, curiosamente "fontes externas". A nossa posição sobre os documentos em discussão merece duas vertentes de analise e opinião: se por um lado, de ponto de vista técnico, consideramos que a equipa que o preparou fê-lo no escrupuloso zelo pelo seu trabalho, elaborando um trabalho que dignifica o Município, por outro lado e de ponto de vista da análise política, os documentos apontam precisamente para o já referido, nomeadamente para elevada dificuldade que o Executivo teve em implementar o orçamento proposto para 2021. Sobre a mensagem da senhora Presidente: deparamo-nos com um texto de conteúdo e repetitivo (tendo como referência os anos anteriores) onde mais uma vez se evidencia uma mensagem meramente descritiva dos números remetendo-nos para uma mera constatação aritmética, misturando nesta descrição de números, adjetivações gloriosas! É também justificativo de uma inação tentando culpabilizar terceiros, e passo a citar: "Como sempre, as transferências do Orçamento de Estado destinadas a financiar a atividade corrente municipal, designadamente a título do Fundo de Equilíbrio Financeiro e do Fundo Social Municipal, são as que mais contribuem para estas percentagens, o que reflete, como repetidamente temos referido, o estado de submissão e de dependência financeira do município neste domínio..", quando refere a incapacidade (deste município) em gerar receitas, referindo mesmo "em financiamento

próprio muito reduzido". E continua, sobre a demonstração de resultados, todos nós sabemos que o objetivo final da função económico-financeira de um Município não é gerar Resultados Líquidos, mas sim implementar estratégias e investimentos tangíveis e intangíveis para criar condições para melhorar a vida comum dos seus munícipes. Obviamente que o objetivo de todos é que se mantenham contas certas e equilibradas que permitam executar o programa proposto aos munícipes. Mas, existindo esse equilíbrio, a não execução dos orçamentos na medida que foram propostos, constitui-se por si só um insucesso político, e merece, portanto, reprovação. No final das contas, é nos apresentado um saldo positivo e o mais importante que tudo a libertação de meios libertos líquidos. É sobre este valor que nos temos que focar porque este é o montante que há à disposição do município para reinvestir. Relativamente à Análise Orçamental, o principal ponto fraco do desempenho económico-financeiro da gestão Municipal, teve a ver exatamente com os cumprimentos orçamentais. É importante lembrar que a Câmara de Arouca continua a não cumprir, minimamente, a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais 50/2018. E conclui dizendo, havia margem para que muitas das propostas do PSD tivessem sido implementadas, em vez de terem sido recusadas pela maioria municipal. Com elas, teríamos ajudado a economia, as famílias, as instituições de solidariedade, a cultura, os clubes e muitos outros setores, sobretudo neste tempo crítico de pandemia.----------

---------- Face ao que aqui apresentamos, às conclusões a que chegamos, a execução política dos números refletidos neste documento que são da total responsabilidade do Executivo em funções, não merecem, de modo algum, o nosso voto favorável.----------

---------- Em seguida interveio o senhor **Diogo Santos** que fez algumas considerações sobre o documento em análise, começando por evidenciar todo o trabalho realizado no ano transato a nível financeiro pelo nosso executivo. O documento de prestação de contas de 2021 desenvolvido é um documento de fácil leitura e perceção que evidencia de forma clara e objetiva a boa saúde financeira do nosso concelho. Referiu depois alguns pontos presentes no documento: Primeiro fazer referência à receita, é importante que todos saibam que a receita no ano de 2021 foi superior à do ano de 2020, no valor de €792.749,99. Estamos perante uma variação bastante positiva da nossa receita, correspondendo a 4,28%. Saltou-me à vista o facto de ser a rúbrica de Vendas de bens e prestação de serviços correntes aquela que tem um maior impacto nesta variação positiva da receita, isto porque, vejo nela contida todas as receitas dos Passadiços do Paiva e da ponte 516. Isto leva-me a questionar a senhora Presidente acerca do impacto destes postos de atração turística nesta rúbrica. Caso se comprove que estes têm uma influência significativa podemos prever um futuro estável a nível financeiro, visto que estamos perante focos de atração para pessoas de todo o mundo, gerando receitas que nos permitirão alocar o dinheiro a

outros investimentos. Em jeito de sugestão, porque alocar uma verba maior às juntas de freguesia, dando maior liberdade e independência às mesmas? Em segundo lugar, e relativamente às despesas, verifiquei que no ano em questão, a execução do orçamento foi cerca de 76%. Considero este, um valor bastante aceitável, visto que o orçamento anual é apenas um orçamento previsional e que ao longo do tempo pode sofrer alterações ao nível das prioridades. Verificamos também que, 2021, fruto da pandemia e do fecho de alguns mercados, foi um ano de muitas dificuldades a nível global quer em termos de preços quer em termos de escassez de material. Estas situações levam muitas vezes ao adiamento dos trabalhos e à prorrogação dos prazos previamente estabelecidos. Senhora Presidente, é por aí que encontrámos a justificação para as despesas previstas não realizadas? Ficaram projetos por realizar? O terceiro e último, ainda sobre as despesas, e já que Arouca é muitas vezes comparado com tantos outros concelhos, de acordo com o último Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, editado pela Ordem dos Contabilistas Certificados (2020), Arouca integra o *ranking* dos municípios com menor peso de pagamentos da despesa com pessoal na despesa total, continuando a apresentar um dos índices mais baixos no seio de todos os municípios do país. Comparando as previsões de 2021 para despesas com pessoal, verificámos um gasto de menos 5% do que o previsto. Este é um indicador importante, que nos leva a perceber que a gestão do nosso executivo tem sido rigorosa e minuciosa. Tal como refere no documento, com as novas responsabilidades e competências que se avizinham, este valor é insuficiente. Considera que o valor do pessoal pode ter um impacto considerável no próximo documento de prestação de contas?----------

---------- Interveio, por fim o senhor **José Maria Ribeiro**, tendo questionando sobre qual a periocidade que o auditor externo, responsável pela certificação das contas, remete informação económica e financeira ao município? Semestralmente? Então o porquê deste órgão – Assembleia Municipal – só receber esta informação anualmente? Em seguida solicitou à mesa da Assembleia Municipal, que diligencie no sentido da regularização desta prática, ou seja, que o auditor externo remeta, a este órgão, a informação a que se obriga, semestralmente. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que prestou os esclarecimentos começando por relembrar o que são despesas correntes, ou seja, despesas do município com a estrutura do município e as despesas referentes a transportes escolares, serviços de refeições, funcionários, prestações de serviços, alimentação, os contratos de serviços da Ponte 516, os apoios sociais, os apoios ao associativismo. Quanto às questões do membro da AM Diogo Santos, ao nível da receita, venda de bens e serviços correntes, onde entram as receitas relativamente aos equipamentos municipais, trabalhos por conta de outrem, Passadiços e 516, houve um acréscimo na

receita. Os Passadiços e a 516 têm-se revelado duas infraestruturas que são sustentáveis, gerando receita suficiente para garantir a sua manutenção. Quanto às despesas de capital, tem a ver com projetos que se atrasaram na sua execução. ----------

---------- Quanto à intervenção do membro da AM senhor Óscar Brandão, a senhora Presidente da Câmara diz que podem existir, e é natural, visões distintas.----------

---------- Respondendo à questão suscitada pelo membro da AM senhor José Maria Ribeiro, a senhora Presidente da Câmara diz que o auditor externo certifica as contas e dá parecer duas vezes por ano. --------- ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor José Maria Ribeiro, e este pede a alteração do procedimento, porque ao abrigo do n.º 2 do art. 77.º, a Assembleia Municipal tem direito a um relatório semestral das contas da Câmara Municipal, que tem de ser enviado pelo auditor, pedindo assim que seja cumprido. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que deu a palavra à Chefe de Divisão senhora Mafalda Oliveira que refere que o envio é feito para a AM de junho e faz-se a apresentação juntamente com o relatório de contas. A senhora Presidente da Câmara esclarece ainda que se não foram enviados todos os documentos necessários foi um lapso.----------

---------- Não havendo outras intervenções, foi colocado à votação este ponto da ordem de trabalhos, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 16 abstenções. ----------

---------- **3.4 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS**

---------- Relativamente ao período da ordem do dia, no ponto 3.4, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que esclareceu alguns aspetos referentes a este documento, e que, tendo o mesmo sido enviado atempadamente a todos, encontra-se disponível para responder às questões dos presentes. ----------

---------- Sobre este assunto, interveio o senhor **Artur Miler** que referiu o seguinte: O processo de descentralização de competências continua, infelizmente, a não ter a devida atenção do Governo para aqueles que são os problemas destacados pelos autarcas. Esta medida fundamental no nosso sistema político começa a tornar-se um processo que caminha para ser um decreto-lei a ser cumprido "a régua e esquadro", em que escasseia o diálogo e o compromisso, com efeitos que se estendem ao próprio funcionamento e coesão da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). É por demais evidente que esta medida tão importante e estrutural para o futuro coletivo do nosso país, para os municípios e, principalmente, para os cidadãos, que são aqueles que devem colher os benefícios das alterações previstas, carece de um envelope financeiro condizente com as responsabilidades que lhes

são atribuídas. Face ao exposto, isto não significa que os municípios, e, mais concretamente o município de Arouca, não faça o seu "trabalho de casa" e labore na antecipação. O processo de transferência de competências no domínio da área social, discutido na última sessão desta Assembleia Municipal, sendo aprovado o adiamento por um ano, faz-nos crer que a Câmara Municipal de Arouca deve começar a trabalhar nestes processos com a antecedência que se impõe. Isto porque, para além das referidas competências na área da Educação aqui em discussão, no próximo ano é certo que as competências na área social, a somar às da área da saúde, devem merecer uma atitude preventiva e proactiva. Estes processos vão implicar, à semelhança do sucedido com a área da educação, protocolos a ser assinados. Pergunta à senhora Presidente e ao executivo se já trabalham nesse processo? E quando planeiam partilhar a informação com os restantes autarcas, quer no executivo camarário quer na Assembleia Municipal? A sua intervenção continua e refere que a ANMP, a própria Área Metropolitana do Porto, a Associação de Terras de Santa Maria e o nosso próprio executivo camarário podem e devem estimular a discussão de tão relevantes temas e matérias que serão determinantes para o nosso futuro coletivo. Ficamos, obviamente, pouco confiantes e pouco esperançosos em Arouca quando, no quadro do nosso município, um processo de descentralização de competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia, que poderia e deveria já ter ocorrido e ser devidamente articulado e gerido, não avança por falta de vontade do executivo camarário socialista. As várias iniciativas promovidas pelo PSD para uma valorização das Juntas de Freguesia encontraram sempre obstáculo por parte de quem nos governa, mesmo quando a mera elaboração de um protocolo condigno, com objetivos claros a precisar apenas de aprovação, não foi atendida, como aconteceu com a União de Freguesias de Arouca e Burgo, logo aquela que é a freguesia com mais população no concelho. Refere ainda que reafirmamos o nosso compromisso com a importância do sucesso deste processo de descentralização de competências, pois é demasiado importante para não termos uma atitude preventiva e proactiva face às datas previstas e os compromissos que temos de assumir com os nossos munícipes! E, por eles, por nos encontrarmos aqui através do seu voto, não nos demitimos desta função de escrutínio, mas, ao mesmo tempo, de exigência na procura das melhores soluções. Insistindo que é importante a disponibilização de toda a informação de forma a podermos dar o nosso contributo para beneficiar os arouquenses, votaremos favoravelmente esta Delegação de competências nos Agrupamentos de Escolas.----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, tendo esta reforçado que o município desde a primeira hora tem trabalhado de uma forma proativa em todas as áreas, seja na ação social, seja na saúde, estando-se a preparar, mas é responsável, até porque há situações que podem afetar o orçamento do município, sendo necessário continuar o trabalho. No

âmbito das comissões de acompanhamento que serão constituídas, o município irá vincar as necessidades especificas e a importância do reforço de verbas nas várias matérias. ----------

---------- Não havendo outras intervenções, foi colocado à votação este ponto da ordem de trabalhos, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 19 abstenções. ----------

---------- **3.5 – MEO-SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A. – RECONHECIMENTO DE INTERESSE: ----------**

---------- No ponto 3.5 o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve referência deste ponto.----------

---------- Interveio o senhor **Pedro Bastos** sobre a documentação enviada e pediu esclarecimento: se foi previamente consultada a Junta de Freguesia em causa com tempo suficiente para que estas conseguissem, em conjunto com os seus fregueses, prenunciarem-se sobre o reconhecimento de interesse, a importância e sua vontade para tal instalação? ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que prestou os esclarecimentos dizendo que a informação que tem é que este projeto tem sido acompanhado pelas partes, mas esta informação está anexa ao documento. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Pedro Bastos que disse que está assim esclarecido e que poderá, por isso, exercer o seu direito de voto em consciência. ----------

---------- Não havendo outras intervenções, foi colocado à votação este ponto da ordem de trabalhos, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 2 abstenções, tendo o senhor Pedro Bastos apresentado uma declaração de voto.----------

---------- **3.6 – GEOSSÍTIO – "PEDRAS PARIDEIRAS" – CLASSIFICAÇÃO COMO ÁREA PROTEGIDA NA TIPOLOGIA DE MONUMENTO NATURAL LOCAL: ----------**

---------- No ponto 3.6 o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve referência deste ponto.----------

---------- Não havendo intervenções, foi colocado à votação este ponto da ordem de trabalhos, por braço no ar, a tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. ----------

---------- **3.7 – CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE – ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DE JUNTA: --- ----------**

---------- A Mesa recebeu a proposta de uma lista constituída pela Presidente da Junta de Freguesia de Rossas, senhora Maria Isabel Noite Brandão Paiva. ----------

---------- Votaram 31 membros, por voto secreto, sendo a lista aprovada por maioria, com um voto contra e um voto branco. ----------

----------**3.8 – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DE JUNTA:** ----------

----------A Mesa recebeu a proposta de uma lista constituída pelo Presidente da Junta de Freguesia de Mansores, senhor Jorge Daniel Correia Oliveira. ----------

---------- Votaram 36 membros, por voto secreto, sendo a lista aprovada por maioria, com um voto contra e um voto branco. ----------

----------**3.9 – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE AROUCA – RENOVAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO:**----------

----------A mesa recebeu uma proposta de renovação do mandato da cidadã eleitora doutora Francisca Duarte Alves da Cruz, na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Arouca. ----------

---------- Votaram 31 membros, por voto secreto, sendo a lista aprovada por maioria, com um voto contra e um voto branco. ----------

----------**APROVAÇÃO DA MINUTA:** ----------

---------- A Assembleia Municipal deliberou, após leitura e votação de braço no ar, aprovar por unanimidade, a presente ata em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4 do artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. ----------

---------- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 21 horas e 10 minutos.----------

---------- Para os devidos efeitos, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada será assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Cristina Saavedra, que a redigi e a subscrevo.